

Mudança gera polêmica entre os educadores

A ampliação do número de dias de aula e a promessa de estender os turnos diários de quatro para seis horas até 1993 foi antecedida de muitos debates e críticas entre educadores — inclusive dentro do próprio Ministério da Educação (MEC). Embora os educadores concordem que o aumento do ano letivo é necessário — o Brasil é um dos países onde menos se estuda em todo o mundo (veja quadro) —, acreditam também que a medida é inócua.

Um parecer encomendado pelo MEC à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), em outubro, desaconselhou as mudanças. De acordo com o trabalho, realizado pela professora Sueli Bonitatibus, responsável pelas aulas de Educação Comparada da USP, há pelo menos 30 anos se discute a necessidade de aumentar a carga horária dos alunos brasileiros. “A simples constatação da nossa defasagem não deve ser motivo para uma imitação”, diz Sueli.

No seu entender, a ampliação do ano letivo e da jornada diária, se não for parte de profundas reestruturações curriculares, será “inútil e contraproducente”. Para os educadores, seria “ampliar a ação negativa da escola”. Segundo um educador ligado ao MEC, alguns técnicos do ministério gostaram do trabalho de Sueli, e chegaram a sugerir o adiamento das mudanças, mas a sugestão não foi acatada pelo ministro Carlos Chieffli.

Para o professor Messias Costa, da Universidade de Brasília (UnB), a proposta do MEC é positiva. Messias publicou no ano passado o livro **Rendimento Escolar no Brasil e a Experiência de Outros Países**. De acordo com estudos que realizou, o tempo de aula é um dos fatores que mais influenciam no aproveitamento dos alunos. “O tempo que nossas crianças ficam na escola é ridículo”, afirma.

Costa adverte, no entanto, que a medida não pode ser isolada. “Se for uma medida burocrática não adiantará”, adverte. “O tempo tem de ser bem aproveitado.” O Japão é o país que tem o maior ano letivo em todo o planeta. São 243 dias de aula. Segundo Costa, nos doze anos de ensino regular — da pré-escola ao fim do segundo grau — os japoneses acumulam aproximadamente três anos a mais de escolaridade que os norte-americanos.

Muitos educadores temem que a medida amplie o assistencialismo da escola, que hoje cumpre papel de compensar a deficiência de alimentação da população carente com a distribuição de merenda. “A escola tem servido para tudo, menos para ensinar”, critica o pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, do Laboratório Nacional da Computação Científica.

Para Ribeiro, o dinheiro que o MEC gastará na extensão da jornada de aula seria melhor aplicado em políticas salariais mais justas para os professores e na reforma e ampliação da rede física escolar. “Será como começar pelo fim”, considera. “Além disso, precisamos antes adequar o nosso currículo ao século 20”, ironiza.

O projeto encontrou resistência de várias associações de professores, que prometem tentar revogar o decreto durante a votação da Lei de Diretrizes e Bases, que deve acontecer este ano. De acordo com João Felício, presidente da Apeoesp, a associação dos professores de São Paulo que liderou a maior greve do Estado, em 1989, “a mudança não melhora a qualidade do ensino nem nossos salários”. Um professor com formação universitária ganha cerca Cr\$ 39 mil por 20 horas semanais de aula.